



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## PARECER JURÍDICO

**Solicitante:** Agente de Contratação.

**Assunto:** Solicitação de Parecer Jurídico para contratação direta nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

### RELATÓRIO

A Sra. Maria Fernanda Bezerra, Agente de Contratação da Secretaria Municipal de Educação, solicita Parecer Jurídico sobre a legalidade da contratação da empresa **YBP COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 26.970.227/0001-53, para Fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento as necessidades de execução do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - Saldos Remanescentes 2024, destinados a alunos acima de 15 anos e/ou idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores, da Secretaria Municipal de Educação, pelo valor global de R\$ 25.440,00(Vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta reais) de forma direta, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021- Nova Lei de Licitações.

É o relatório. Passo ao parecer.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

#### DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, já regulamentou a lei 14.133/2021, através de **Decreto Municipal nº 154/2024, de 22 de janeiro de 2024**, portanto já está apta para usar a nova lei, com isso a supra contratação encontra-se fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto mencionado.

#### DA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), in verbis:

#### **Art. 75. É dispensável a licitação:**

“Várzea Alegre – Terra do Amor Fraternal”  
Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro, Várzea Alegre – Ceará  
CEP – 63.540.000 – CNPJ nº 07.539.273/0001-58



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Decreto nº 11.317 de 29/12/2022).**

Consta nos autos do processo:

- I) - Ampla pesquisa de mercado realizada pelo Secretaria contratante;
- II) - A empresa escolhida apresentou o menor valor para realizar os serviços;
- III) - o valor global orçado para execução do objeto é inferior ao limite permitido para a referida forma de contratação.

A priori é possível a contratação de forma direta, uma vez que o serviço e o valor orçado estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, entretanto é necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/2021 para poder realizar a contratação direta. Passo a análise:

Os autos do processo estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

I). Pedido de contratação do serviço e com o respectivo Termo de Referência dos serviços, formalizando a demanda, conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021.

II). Termo de Referência, onde constam os serviços, e o prazo para execução; constam também nos autos do processo os orçamentos elaborados pelo Setor de Licitação, assim estimando a despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

III). Dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o Art. 72, inciso IV da Lei Federal nº. 14.133/2021.

IV). Consta a ATA da Dispensa Eletrônica realizada pelo Agente de Contratação, onde a empresa escolhida para executar os serviços foi selecionada por ter apresentado o menor preço, cumprindo o exigido no art. 72 incisos VI e VII da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Por último, verifico estar presente o interesse público na Contratação em pauta.

## **DO CONTRATO**

Ao analisar a Minuta de Contrato, verifico que constam os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei Federal nº. 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.

“Várzea Alegre – Terra do Amor Fraterno”  
Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro, Várzea Alegre – Ceará  
CEP – 63.540.000 – CNPJ nº 07.539.273/0001-58





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Verifiquei também a existência de cláusulas que dispõem sobre o preço e as condições de pagamento, a periodicidade do pagamento, o crédito pelo qual correrá a despesa, a data-base e a periodicidade de reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária.

Consta com clareza e precisão as condições para execução do contrato, cláusulas que definem os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, casos de extinção e alteração do contrato.

Portanto, a referida Minuta de Contrato, atendeu todos os dispositivos da Lei n. 14.133/2021, assim decidi emitir parecer aprovando a presente Minuta.

### **DO AVISO (PUBLICAÇÃO)**

No supra processo foi devidamente cumprido a exigência de divulgação do aviso da dispensa de licitação em **sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, sendo publicado na plataforma eletrônica Portal de licitações e disponível no endereço eletrônico: [www.comprasassare.com.br](http://www.comprasassare.com.br) e ainda no PNCP – Portal Nacional de Contratações Pública, obedecendo o que reza a lei 14.133/2021.

### **DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

Após a pesquisa de preço e a publicação do aviso de interesse da administração pública em contratação direta do objeto deste procedimento, então o Agente de Contratação buscou selecionar a melhor proposta possível com observância no princípio da isonomia, portanto a contratação foi ao melhor possível, nas circunstâncias existentes e identificadas pela autoridade competente, conforme se vê acerca de condições do mercado e da capacitação do particular escolhido.

### **CONCLUSÃO**

Diante o exposto, entendo que a contratação da empresa YBP COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 26.970.227/0001-53, para Fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento as necessidades de execução do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - Saldos Remanescentes 2024, destinados a alunos acima de 15 anos e/ou idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores, da Secretaria Municipal de Educação, pode ser realizada de forma direta, conforme **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº.**

“Várzea Alegre – Terra do Amor Fraterno”

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro, Várzea Alegre – Ceará  
CEP – 63.540.000 – CNPJ nº 07.539.273/0001-58



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**14.133/2021**, uma vez que cumpriu o requisito material e formal para que se contrate o presente serviço.

Este é o nosso parecer. S.M.J.

Várzea Alegre/CE, 25 de julho de 2024.



---

**Assessoria Jurídica**





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## PROCESSO ADMINISTRATIVO

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 2024.07.03.1 - F.M.E.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 31.014.354/0001-19, através da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por sua Ordenadora de Despesas, a Sra. Angela Maria Bernardino, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que nesta data, vem apresentar justificativa de Dispensa de Licitação, tudo de acordo com a Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

#### **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

A regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é os artigos 72 e 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei Federal nº 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:**

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

“Várzea Alegre – Terra do Amor Fraterno”

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro, Várzea Alegre – Ceará

CEP – 63.540.000 – CNPJ nº 07.539.273/0001-58





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14133/2021, enquadrando-se, como dispensa de licitação, com limite de valor.

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...].

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros materiais e compras (**atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023**);

[...].

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de **3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

## DO OBJETO

Fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento as necessidades de execução do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - Saldos Remanescentes 2024, destinados a alunos acima de 15 anos e/ou idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores, da Secretaria Municipal de Educação.

## DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição desses alimentos é essencial para garantir a execução eficiente do Programa Brasil Alfabetizado em Várzea Alegre/CE, proporcionando gêneros alimentícios essenciais para alunos acima de 15 anos, idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores. Isso não apenas apoia o aprendizado e a participação contínua dos alunos e professores, mas também promove a inclusão educacional e social na comunidade.

## DA COTAÇÕES/PESQUISAS DE PREÇOS

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido à natureza do Objeto do procedimento.







ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



No processo em epígrafe, buscamos averiguar os valores praticados no mercado através de banco de preços homologados e com empresas com ramo de atividades pertinente, na forma do art. 23, inciso IV da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Instrução Normativa da SEGES nº 65/2021.

### DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público deve ser meta permanente de qualquer Administração. Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço.

Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média no mercado específico, conforme estimativa de preços contida no Termo de Referência advindo das pesquisas de preços homologados e de empresas do ramo de atividades pertinente. Todavia, o critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de dispensa de licitação, o qual deverá ser composto por no mínimo 3 (três) propostas validas.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei.

### DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

De acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, após a cotação de preços e finalizado o prazo para apresentação de eventuais propostas, fora verificado o menor preço diante da média elaborada no Termo de Referência, através de Dispensa Eletrônica, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço e habilitação jurídica, qualificação técnica, e regularidade fiscal.

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa **YBP COMERCIAL LTDA**, pelo fato de ter sido ela a que apresentou o **menor preço** no Processo de Dispensa Licitação Eletrônica nº 2024.07.03.1 - F.M.E. e que o preço, conforme se pode constatar através da ATA a proposta apresentada pela empresa vencedora, verifica-se, facilmente, ser este compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo do Orçamento.

### DA FONTE DE RECURSOS

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação para o exercício, com a seguinte classificação:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
08	01	12.122.0037.2.030.0000	3.3.90.30.00
08	01	12.122.0037.2.032.0000	3.3.90.30.00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



### DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, nomeado pela Portaria nº. 226/2024, de 04 de novembro de 2024, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, em favor da empresa **YBP COMERCIAL LTDA.**

Assim, vem comunicar a Exma. Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. Angela Maria Bernardino, de todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Várzea Alegre/CE, 08 de agosto de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA FERNANDA BEZERRA**  
Agente de Contratação





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

A Ilm<sup>ª</sup>. Sra. Angela Maria Bernardino, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:

**CONSIDERANDO** garantir a execução eficiente do Programa Brasil Alfabetizado em Várzea Alegre/CE, proporcionando gêneros alimentícios essenciais para alunos acima de 15 anos, idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores. Isso não apenas apoia o aprendizado e a participação contínua dos alunos e professores, mas também promove a inclusão educacional e social na comunidade.

**CONSIDERANDO** a escolha da empresa que ofertou o menor preço para execução do serviço em pauta.

**CONSIDERANDO** a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços.

**CONSIDERANDO** o parecer jurídico pela legalidade da contratação direta nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Autorizo a contratação da empresa YBP COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 26.970.227/0001-53, para execução do serviço/objeto citado, pelo valor global de R\$ 25.440,00 (Vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta reais).

Autorizo a contratação e sua publicação nos termos do art. 72, parágrafo único e art. 94 c/c art. 176, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Várzea Alegre/CE, 16 de agosto de 2024.

**ANGELA MARIA BERNARDINO**  
Ordenadora de Despesa  
Secretaria Municipal de Educação



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.03.1 - F.M.E

A Ilm<sup>a</sup>. Sra. ANGELA MARIA BERNARDINO, Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Educação, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando toda documentação, consta nos autos do processo administrativo Dispensa de Licitação nº 2024.07.03.1 - F.M.E. em especial, o parecer jurídico, autorizo a contratação da Empresa YBP COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.970.227/0001-53, para Fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento as necessidades de execução do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - Saldos Remanescentes 2024, destinados a alunos acima de 15 anos e/ou idosos não alfabetizados e professores alfabetizadores, da Secretaria Municipal de Educação, pelo valor global de R\$ 25.440,00(Vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta reais), com vigência contratual de 12 (doze) meses, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Várzea Alegre em 16 de agosto de 2024.